

Vencer a crise para ganhar a década

+ + + + + BOLETIM N.° #11 DEZEMBRO 2021



Ter um planeamento estratégico e instrumentos adequados para o executar

02

OS NÚMEROS:

+ + + +

"CONJUNTURA: INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS"

Recuperação gradual da economia até ao 3° trimestre e desaceleração de alguns indicadores nos primeiros meses do 4° trimestre

06

"A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA DESDE O INICIO DO SÉC. XXI E AS PREVISÕES PARA OS PRÓXIMOS ANOS"

Duas décadas de quase estagnação e um cenário para os próximos anos bastante insatisfatório

12

AS POLÍTICAS:

"OS EFEITOS DA PANDEMIA COVID SOBRE O SISTEMA DE PENSÕES"

A esperança de vida a recuar e o impacto na redução da idade legal de reforma e no equilíbrio financeiro da Segurança Social

22

"ROTEIRO PARA AS POLÍTICAS RELATIVAS AOS PLÁSTICOS DE BASE BIOLÓGICA, **BIODEGRADÁVEIS E COMPOSTÁVEIS"**

Nova iniciativa da Comissão Europeia no âmbito da Economia Circular

25

OS DESAFIOS

"PORTUGAL - SECTORES DE ACTIVIDADE ... À PROCURA DE TRABALHADORES"

As tendências demográficas e o seu impacto no peso da população em idade de trabalhar

28

"A CRISE ENERGÉTICA NA EUROPA"

Da evolução da produção e do consumo ao impacto nos preços da energia

31







PARA GANHAR A **DÉCADA**

TER UM PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA O EXECUTAR

1. Com o esperado fim da recessão económica motivada pela crise COVID o país precisa entrar num novo ciclo de crescimento. Novo, porque se sucede a duas décadas de um crescimento mais do que medíocre (é preciso crescer mais) e também, novo porque requer um modelo económico distinto do anterior (é preciso crescer melhor). Ou seja, carecemos hoje de um crescimento em que a oferta tem que ser a principal propulsora e a chave para uma competitividade reforçada, o que implica uma mudança nos principais paradigmas competitivos, consequência de uma aposta competitividade em que o custo se torna menos relevante que o valor criado.

Com a "revolução digital", refletida na agenda europeia da "transição digital", são, cada vez mais, os activos e as componentes intangíveis que determinam a competitividade de uma economia. Daí que o discurso equívoco que advoga uma necessária "reindustrialização" do país só consegue ter alguma adesão à realidade se entendido como uma exigência de reconversão própria da indústria no sentido da servicização da mesma; ou seja, se fizermos da desmaterialização de uma grande parte da actividade industrial o grande desafio que esta enfrenta. Constituiem, por isso, um absurdo anacronismo todas as agendas políticas

que propagam o propósito de reforçar o peso da indústria transformadora no VAB das economias. A velha economia industrial não vai voltar a existir e o que podemos ter de mais seguro é que os serviços vão manter o seu ascendente na economia, seja em termos de VAB, seja em termos de emprego. É essencial que se assuma com toda a clareza que os factores diferenciadores da competitividade não se jogam, no que é essencial, nas fábricas, enquanto lugar de transformação de componentes físicos, mas nos escritórios e no centros produtores de conhecimento, lugares onde os conceitos, o desenho dos produtos, a gestão da informação e a organização das cadeias de valor são trabalhadas.

A **dinâmica da servicização** associada à "transição digital", vai prosseguir ocorrendo por duas vias principais:

- pelo aumento do peso dos serviços incorporados em produtos materiais (hoje já representam quase 50% do valor final de uma mercadoria);
- pelo crescimento dos serviços relacionados com a desmaterialização dos próprios consumos (produtos intangíveis que a digitalização viabilizou).

Neste percurso, não queremos nem podemos omitir os avanços inovatórios que tem lugar na indústria e na logística e que são responsáveis por significativos aumentos de eficiência e de redução de custos. Mas uma economia que visa um aumento do valor criado tem, sobretudo, que **apostar nos serviços, ou seja no que é intangível**. São os activos imateriais e as competências vivas (incorporação de talentos e recursos humanos qualificados) que fazem a diferença competitiva das economias.

Tudo isto, obriga a alterar de forma uma mudança significativa as prioridades das políticas públicas e, em especial, no que se refere à estruturação e execução dos programas com fundos comunitários. Ou seja, em especial, o novo PT 2030 não pode ser simplesmente concebido como uma réplica reconfigurada do PT 2020. Se importa, desde logo, corrigir o que de menos conseguido marcou o modelo e a gestão deste último, importa, ainda mais, saber incorporar as profundas mudanças na economia que ocorreram ao longo de quase uma década.

- 2. No trabalho realizado e divulgado pelo Fórum dos Serviços em 2018, com a designação: "Portugal 2030 Romper com os Paradigmas do Passado, Ganhar o Futuro", identificavam-se os principais pontos críticos do "Portugal 2020" que, mantendo plena actualidade, importa revisitar e que aqui sintetizamos em 3 pontos essenciais:
- A escolha de um modelo de governação gerador de entropias e com uma insuficiente coordenação, desde uma liderança política fraamentada a uma excessiva concentração funcional, onde foi escassa a articulação entre os diferentes P.O., nomeadamente entre os P.O. sectoriais temáticos e os P.O. regionais. Adoptou-se um modelo com o vértice a convergir na Agência de Desenvolvimento e Coesão (ADC), em que os organismos intermédios tiveram um papel essencialmente focado no controle burocrático e processual, sem terem intervenção relevante no desenho e concretização dos projectos (os organismos públicos com maior cultura nas áreas económicas mais relevantes foram colocados no papel de "júris" de concursos, deixando de desempenhar o papel de parceiros ou mesmo de co-promotores de projectos).
- Ainda no que se refere ao modelo de governação associou-se o objectivo da simplificação administrativa com a mera digitalização processual, o que conduziu a uma despersonali-

- zação nos contactos entre os promotores e os técnicos das estruturas responsáveis pela gestão. Acresce que o facto de toda a comunicação assentar em "plataformas digitais" conduziu a um aumento dos procedimentos formais, pois reforçaram-se os pedidos de informação escrita e tornou-se o cumprimento das regras de concurso público num processo com exigências quase surreais. O foco no cumprimento destas regras levou a que se desvalorizasse quase por completo uma preocupação que deveria ser essencial: o da qualidade dos projectos. A gestão concentrou-se em dois domínios: o processual (componente técnica da gestão) e o da execução física, medido em termos quantitativos, pelo número de projectos aprovados e pelas verbas comprometidas e gastas (componente política de gestão). Fê-lo, não tanto por ianorar a componente resultados (muitas vezes artificialmente exigida), mas por não estar devidamente capacitada fazer uma avaliação dos projectos, em termos do impacto previsional e esperado dos mesmos e de adoptar critérios de aprovação demasiado formatados e, quase exclusivamente, confinados à capacidade de traduzir esses critérios nos dossiers de candidatura.
- · Por último, ao nível dos critérios de selecção, a excessiva segmentação dos projectos em função de lógicas sectoriais, em que ganharam destaque dois critérios de apoio ditos prioritários: o da **"reindustrialização"** e o do **"sector** exportador". Com isso secundarizou-se uma visão dos projectos feita a partir do seu enfoque nos factores competitivos essenciais (quase todos transversais aos diferentes sectores) e uma abordagem integrada das cadeias de valor dos produtos. Em especial, desvalorizou--se, precisamente, o papel dos instrumentos imateriais; ignorou-se que o destaque dado às empresas ditas exportadoras omitia que estas, muitas vezes, não eram senão as portadoras de um produto final, para o qual contribuem múltiplas actividades e empresas ditas não exportadoras; colocou-se a formação e tudo o que não tinha configuração física na dependência de instrumentos materiais das empresas (nomeadamente com a infeliz transferência da "formação-acção" para o "Compete") e introduziram-se restrições nas entidades beneficiárias que, no caso da prioridade à procura externa, escamotearam que um dos problemas do nosso sector exportador de bens é precisamente a elevada dependência de bens importados incorporados naquilo que se exporta.

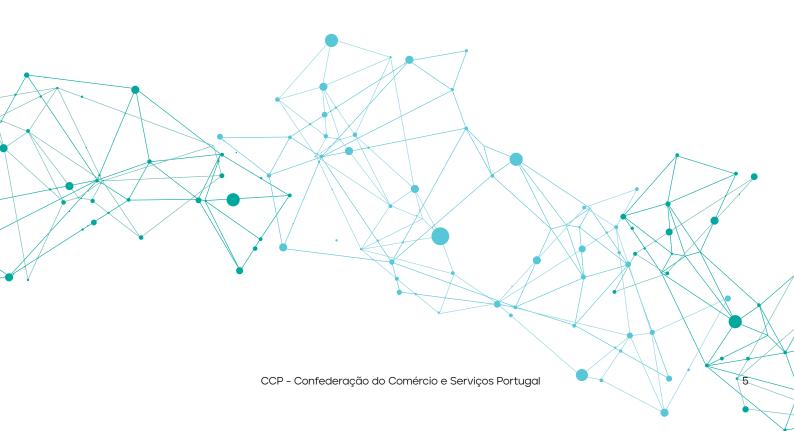
- 3. A reflexão feita no ponto anterior não pode deixar de ser tido em conta no momento de preparar e estruturar o PT 2030. O Governo apresentou em meados de Novembro a sua proposta de Acordo de Parceria a enviar para Bruxelas e que colocou em consulta pública. A CCP não deixou de, neste âmbito, fazer chegar ao Governo os seus comentários. No espaço deste texto não pretendemos fazer uma avaliação da Proposta em causa mas queremos, sobretudo, enfatizar dois pontos essenciais que, aliás, estão presentes nas observações críticas que fizemos ao PT 2020. Tratam-se, para nós, de duas prioridades estratégicas cujo modo como são inseridas no PT 2030 não nos parecem as mais adequadas.
- 3.1. A primeira delas tem que ver (como já referimos no mencionado documento produzido em 2018) com "fazer das qualificações e das competências o principal factor competitivo do país". Se é certo que, em matéria de indicadores de ensino, Portugal regista uma evolução bastante positiva ao longo das duas última décadas com os números a revelarem que passámos de uma situação em que, quase 80% da população em idade activa apenas tinha o ensino básico, para termos hoje uma maioria da população, nesta faixa etária, a frequentar ou a possuir os ensino secundário ou superior, as deficiências nas qualificações não foram superadas. Por um lado, devido a uma falta de adequação entre as formações obtidas e as formações requeridas pelo mercado de trabalho e, por outro lado, no cumprimento daquilo que é, cada vez mais, uma exigência colocada pelo ritmo das mudanças nos conhecimentos requeridos e que implica reforçar a formação contínua dos activos. A aquisição de competências não se encerra com a obtenção de um diploma académico, e está permanentemente presente, sobretudo, no que se refere à aplicação dos conhecimentos à realidade prática. A chamada formação-acção, que visa conjugar a aprendizagem com a aplicação dos conhecimentos adquiridos no trabalho concreto das empresas e das organizações, significa que, com os avanços das tecnologias digitais, não se trata apenas de saber utilizar essas tecnologias de forma passiva mas de saber fazer coisas diferente e inovadoras com recursos a essas mesmas tecnologias. Coisas essas que têm que ver com a organização interna, orientada para o que a empresa produz e para o modo como o faz (da concepção até à configuração do produto) e na relação com os outros (fornecedores/utilizadores/consumidores).
- O objectivo estratégico "as pessoas primeiro" deve significar que o principal factor competitivo não é tecnológico mas está associado ao conhecimento vivo dos recursos humanos e à sua capacidade de potenciarem os avanços tecnológicos. As qualificações e a formação não podem ser vistas como um complemento dos investimentos físicos das empresas, com a formação acoplada ao manuseamento dos novos instrumentos tecnológicos. No centro têm que estar as pessoas, os recursos humanos e o conhecimento vivo, são eles o principal valor das empresas e é a partir deles que estas concebem conceitos inovadores e produtos diferenciados. São estes investimentos que têm que estar no centro do PT 2030, daí que, para nós, seja fundamental existir um PO nacional/temático sobre Formação de Activos e Qualificações.
- 3.2. Uma segunda prioridade é constituída pelo território e, dentro deste, pelas políticas de cidade, que são essenciais enquanto factor de competitividade e de coesão territorial. As cidades devem no quadro da mobilidade fixar e atrair pessoas, cabendo, sobretudo, às cidades situadas em regiões mais deprimidas demograficamente fazê-lo. A fixação e a atracção requerem cidades dinâmicas, prestadoras de serviços e que sejam capazes de atrair investimento, condição indispensável para que exista criação de emprego, rompendo com a "quadratura do círculo" em que as pessoas abandonam as regiões porque não têm emprego e as empresas não investem nelas porque não dispõem dos recursos humanos necessários.

Este objectivo implica uma visão do território marcada, simultaneamente, pela transversalidade e pela interdependência. Ou seja, por um lado, as políticas de território atravessam as diferentes políticas sectoriais e só podem ser aplicadas se houver uma relação hierárauica entre umas e outras, isto é, se o planeamento territorial se sobrepuser às políticas sectoriais; e, por outro lado, a interdependência pressupõe que as políticas do território não podem ser fragmentadas ou aplicadas na mera base das divisões territoriais existentes. As perspectivas local, regional e nacional têm de interagir entre si e, por isso, as políticas têm que expressar-se nestes 3 planos geográficos. Ou seja, existe uma dimensão nacional das políticas do território (de que o PNPOT é o instrumento fundamental) que tem que estar representado no PT 2030 e que não resulta do mero somatório de políticas regionais autonomizadas. Por isso, consideramos que deve haver um **P.O. nacional sobre o território e as** cidades e os P.O. temáticos e os P.O. regionais têm que dialogar entre si.

Por outro lado, os projectos a construir numa base colaborativa e, se possível, em rede, no que se refere ao território, implicam associar actores diferenciados. Um dos problemas do PT 2020 e que não deve ser repetido no PT 2030 é o facto de os P.O. regionais estarem pensados para projectos públicos e geridos por entidades públicas revelando pouca abertura a projectos de iniciativa privada, mesmo que em parceria com o poder local ou regional.

4. Em suma, o que defendemos para o PT 2030 é que seja estruturado com base numa linha clara de prioridades estratégicas as quais deve ser norteada pelo objectivo central de desenvolver o país, ou seja, desde logo termos uma economia mais competitiva, e assente em factores chave de criação de valor. Esta linha de orientação geral significa menos atomização e no que isso significa de multiplicação de projectos avulso e uma maior selectividade e agregação de projectos em torno de eixos estratégicos com base numa identificação das "grandes-áreas problema" e dos grandes desafios a enfrentar. Deve haver um reforço dos projectos colaborativos e de acções de "eficiência colectiva", assentes em parcerias entre entidades públicas e privadas (nomeadamente associativas) com menos formatação de projectos padrão e um maior espaço de avaliação ex-ante dos impactos previsionais dos projectos e da capacidade de sustentação dos mesmos, o que requer que o PT 2030 valorize o contributo da sociedade civil e do movimento associativo empresarial.

"... o discurso equívoco que advoga uma necessária "reindustrialização" do país só consegue ter alguma adesão à realidade se entendido como uma exigência de reconversão própria da indústria no sentido da servicização da mesma; ou seja, se fizermos da desmaterialização de uma grande parte da actividade industrial o grande desafio que esta enfrenta."



OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

recuperação gradual da economia até ao 3° trimestre e desaceleração de alguns indicadores nos primeiros meses do 4° trimestre

No 3° trimestre do corrente ano a economia prosseguiu a trajetória ascendente que se tinha iniciado no 2° trimestre, após o período de confinamento do 1° trimestre. Quando comparado com os trimestres homólogos de 2019, anteriores à pandemia, o decréscimo do PIB tem vindo a ser sucessivamente menor ao longo de 2021: -8,2%, -4,7% e -2,4%, no 1°, 2° e 3° trimestres, respetivamente.

| (Trim) | Despesas de consumo final | | | Import (FOB) | PIB a preços de mercado | | |
|------------|------------------------------|------|--------------|-----------------|----------------------------|------|--|
| Variação 2 | 2021/2020 (%) | | | | | | |
| 1 | -5,2 | 3,8 | -3,6 | -9,4 | -4,3 | -5,7 | |
| ll l | 16,7 | 12,3 | 15,9 | 39,8 | 36,3 | 16,1 | |
| III | 4,4 | 5,8 | 5,8 4,6 10,2 | | T7,O | 4,2 | |
| Variação | 2021/2019 (%) | | | | | | |
| 1 | -5,7 | 1,3 | -4,4 | -14,4 | -5,8 | -8,2 | |
| | -O,1 | -0,2 | -O,T | -15,2 | -4,5 | -4,7 | |
| III | 0,9 | -4,4 | 0,0 | -6,9 | -1,4 | -2,4 | |

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais, 3°T 2021

Face ao 3° trimestre de 2020, o PIB aumentou 4,2%, apenas com o contributo da procura interna, embora menos intenso que no 2° trimestre, já que se assistiu a uma desaceleração no crescimento de todas as suas componentes. Por comparação com o 3° trimestre de 2019, contrariamente ao consumo privado (-0,4% face a -1,5%) e ao consumo público (+6,1% face a 5,6%), cujos evolução foi mais favorável no 3° trimestre do corrente ano, o decréscimo do investimento foi mais acentuado que no 2° trimestre do ano (-4,4% face a -0,2%).

O contributo da procura externa líquida permaneceu negativo no 3° trimestre do ano, com as importações a aumentarem 11%, acréscimo ligeiramente mais forte do que o das exportações, de 10,2%.

Face ao 3° trimestre de 2020, enquanto as exportações e importações de serviços cresceram a ritmos semelhantes (33% e 30,1%, respetivamente), o ritmo de crescimento nas exportações e importações de bens foi distinto (3,4% e 7,8%, respetivamente).

Uma vez mais, comparando o desempenho das exportações e importações com os níveis em 2019, antes da pandemia, os decréscimos nas importações foram bastante mais brandos do que os decréscimos nas exportações (-1,4% face a -6,9%, no 3° trimestre), e muito mais brandos no comércio internacional de bens, do que no comércio internacional de serviços, a que as maiores dificuldades de recuperação nos serviços relacionados com o turismo não serão alheias.

| | E | portações | | In | nportações | | |
|-------------|---------------|-----------|-------|-----------|------------|-------|--|
| (Trim) | Bens (FOB | Serviços | Total | Bens (FOB | Serviços | Total | |
| Variação 20 | 021/2020 (%) | | | | | | |
| 1 | 2,9 | -36,8 | -9,4 | -1,7 | -18,0 | -4,5 | |
| II | 41,9 | 33,6 | 39,8 | 38,0 | 27,2 | 36,3 | |
| III | 3,4 | 33,0 | 10,2 | 7,8 | 30,1 | 11,0 | |
| Variação 2 | 2021/2019 (%) | | | | | | |
| 1 | -1,7 | -41,7 | -14,4 | -2,7 | -21,5 | -5,8 | |
| | -5,4 | -36,3 | -15,2 | -2,1 | -16,4 | -4,5 | |
| III | 0,2 | -21,5 | -6,9 | -0,6 | -5,1 | -1,4 | |

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais, 3°T 2021

INDICADORES ESTATÍSTICOS **NACIONAIS:**

Movimentos na Rede Multibanco





IVN Comércio a Retalho Alimentar





+2,4% Acréscimo homólogo
Janeiro a Outubro 2021

IVN Comércio a Retalho Não Alimentar





+4% Acréscimo homólogo
Janeiro a Outubro 2021

IVN Serviços







+7,6% Acréscimo homólogo
Janeiro a Outubro 2021

No 3° trimestre do corrente ano a economia prosseguiu a trajetória ascendente que se tinha iniciado no 2° trimestre, após o período de confinamento do 1° trimestre. Quando comparado com os trimestres homólogos de 2019, anteriores à pandemia, o decréscimo do PIB tem vindo a ser sucessivamente menor ao longo de 2021: -8,2%, -4,7% e -2,4%, no 1°, 2° e 3° trimestres, respetivamente.

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais, 3°T 2021

Face ao 3° trimestre de 2020, o PIB aumentou 4,2%, apenas com o contributo da procura interna, embora menos intenso que no 2° trimestre, já que se assistiu a uma desaceleração no crescimento de todas as suas componentes. Por comparação com o 3° trimestre de 2019, contrariamente ao consumo privado (-0,4% face a -1,5%) e ao consumo público (+6,1% face a 5,6%), cujos evolução foi mais favorável no 3° trimestre do corrente ano, o decréscimo do investimento foi mais acentuado que no 2° trimestre do ano (-4,4% face a -0,2%).

O contributo da procura externa líquida permaneceu negativo no 3° trimestre do ano, com as importações a aumentarem 11%, acréscimo ligeiramente mais forte do que o das exportações, de 10,2%. Face ao 3° trimestre de 2020, enquanto as exportações e importações de serviços cresceram a ritmos semelhantes (33% e 30,1%, respetivamente), o ritmo de crescimento nas exportações e importações de bens foi distinto (3,4% e 7,8%, respetivamente).

Uma vez mais, comparando o desempenho das exportações e importações com os níveis em 2019, antes da pandemia, os decréscimos nas importações foram bastante mais brandos do que os decréscimos nas exportações (-1,4% face a -6,9%, no 3° trimestre), e muito mais brandos no comércio internacional de bens, do que no comércio internacional de serviços, a que as maiores dificuldades de recuperação nos serviços relacionados com o turismo não serão alheias.

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais, 3°T 2021

Segundo as estatísticas do comércio internacional de bens, no conjunto dos primeiros nove meses de 2021 as importações de bens, em aceleração, aumentaram 18,1% face a 2020, e as exportações de bens, em desaceleração, aumentaram 20,1%, mas mantendo-se em trajetória ascendente desde o primeiro trimestre do corrente ano.

Destaca-se ainda o crescimento acentuado nos deflatores das exportações e das importações, em resultado sobretudo dos preços dos produtos energéticos e das matérias-primas, dando continuidade à perda dos termos de troca.

De salientar também a pressão registada ao nível dos preços, com a inflação a ser foco de maior atenção, refletindo sobretudo falhas em algumas cadeias de abastecimento, o aumento de preços de algumas matérias-primas e dos bens energéticos, com destaque para o preço dos combustíveis. A estimativa para a inflação de novembro foi de 2,6% (1,8% em outubro).

Depois de uma melhoria no 3° trimestre, no início do 4° trimestre alguns dos indicadores de confiança do INE evidenciaram novo recuo. O indicador de confiança dos consumidores diminuiu em outubro e em novembro (depois de ter aumentado em agosto e setembro). Os indicadores setoriais tiveram evoluções diferenciadas. Em novembro, se por um lado o indicador de confiança dos serviços manteve a trajetória crescente, e o indicador de confiança da indústria transformadora registou um aumento (contrariamente à redução em outubro), por outro, o indicador de confiança do comércio diminuiu e o da construção e obras públicas diminuiu ainda mais intensamente. Em termos globais, o indicador de clima económico diminuiu em novembro, mantendo uma evolução irregular desde julho.

No mercado de trabalho, os índices setoriais do número de horas trabalhadas mantiveram-se numa trajetória ascendente, ainda que continuem abaixo dos níveis pré-pandémicos de 2019. De janeiro a outubro de 2021, por comparação com 2020, registou-se um aumento homólogo no número de horas trabalhadas de +1,7% no comércio a retalho (decréscimo de -6%, face a 2019). De janeiro a setembro, o decréscimo homólogo nos Serviços foi menos expressivo, de -1,4% (mas correspondendo ainda a um decréscimo homólogo de -13,7%, face aos níveis de 2019). Na indústria, face aos primeiros nove meses de 2020, registou-se também um acréscimo de +3,9% no índice de horas trabalhadas (mas ainda uma quebra de -5,1% face a 2019).

A recuperação gradual da economia evidencia-se ao nível quer dos indicadores de consumo, quer nos de investimento.

i) Na componente do consumo:

- Os movimentos realizados na rede multibanco (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) continuaram a crescer, com uma variação homóloga de 14,1% em outubro e de 10,9% no valor acumulado no período de janeiro a outubro, face ao ano anterior
- No sector automóvel, desde julho que se iniciou nova trajetória descendente nas matrículas

de automóveis ligeiros (novos), com variações homólogas mensais negativas (quase -23% no mês de outubro), sendo de 3,2% o acréscimo homólogo no conjunto dos dez primeiros meses do ano (-31,5% no primeiro trimestre e +25,6% no primeiro semestre), e um decréscimo de -35,1% face aos primeiros dez meses de 2019

- O índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho, em outubro último registou novo acréscimo homólogo, de 3,4% (e de 4,1% quando comparado com outubro de 2019). No conjunto dos dez primeiros meses do ano, a variação homóloga face a 2020 foi de 3,2%, e face a 2019 foi de -0,2%
- As vendas de gasolina (em toneladas) de janeiro a setembro, aumentaram 3,8% face a 2020, mas decresceram 14%, face a 2019

ii) Na componente do investimento:

- As matrículas de veículos comerciais ligeiros registaram de janeiro a outubro um acréscimo homólogo de 13,8%, face a 2020, mas decresceram -19,2% quando comparadas com igual período de 2019
- Nos veículos pesados novos as matrículas registaram um acréscimo homólogo de 21,4% nos primeiros 10 meses do ano face a 2020 e um decréscimo de -10,6% quando comparados com os mesmos meses em 2019
- As vendas de cimento no mercado interno, de janeiro a outubro, segundo o índice de vendas do Banco de Portugal, registaram um acréscimo homólogo de 5,9% face a 2020 e de 15,8%, face a 2019, embora evidenciando oscilações nos meses mais recentes (a variação homóloga mensal, face aos meses de 2020, foi negativa em junho, de -1,3% e em julho, de -0,9%, positiva em agosto, de +6,2%, e setembro, de +4,1% e voltou a ser negativa em outubro, de -0,7%)
- A importação de máquinas, partes e acessórios, embora desde julho oscile na intensidade do crescimento, continua a seguir uma trajetória ascendente, com um crescimento homólogo de 14,8%, nos 9 primeiros meses do ano, face a 2020, e de 6,3%, face ao mesmo período em 2019
- O índice de produção industrial dos bens de investimento registou em outubro uma variação homóloga de -10,3% face a outubro de 2020 e de -13,6% face a outubro de 2019. No conjunto dos primeiros dez meses registou-se um decréscimo de -0,8%, face ao mesmo período em 2020, e de -14,7%, face aos primeiros dez me-

ses de 2019

A retoma gradual da economia progride, ainda que com ritmos de recuperação diferenciados nos diversos setores de atividade económica.

Assim no Turismo, apesar da recuperação observada por comparação com 2020, o setor permanece em termos globais ainda distanciado dos níveis de atividade anteriores à pandemia.

Em outubro, segundo o INE, o número de dormidas no alojamento turístico aumentou 139%, face a outubro de 2020 (mas permanece 13,5% abaixo das dormidas em outubro de 2019). No conjunto dos dez primeiros meses do ano o número de dormidas de residentes teve um crescimento homólogo de 32%, face a 2020 e um decréscimo de -11% face a 2019. Nas dormidas de não residentes o acréscimo foi de 30%, face a 2020, mas ainda com um decréscimo de -66,3%, face a 2019.

Em termos regionais, apesar de todas as regiões evidenciarem crescimento nas dormidas de outubro, face a 2020, face a 2019, apenas a regiões do Alentejo e da Madeira registaram dormidas superiores às de 2019. E no conjunto dos dez meses nenhuma região superou os níveis de dormidas de 2019.

A atividade do Transporte Aéreo embora tenha também já recuperado por comparação com 2020, continua muito aquém do nível pré-pandemia.

Nos primeiros 9 meses do ano o movimento de passageiros nos aeroportos nacionais aumentou 3,6% face ao mesmo período de 2020, mas representa uma quebra de 66,1% face a igual período de 2019 (em 2020 a variação homóloga foi de -67,3%, enquanto em 2019 foi de +6,9%). O movimento aéreo de carga e correio (em toneladas), de janeiro a setembro de 2021 aumentou 29,1%, face a 2020, ainda que se mantenha aquém dos níveis de 2019 (-12%).

A diferenciação no ritmo de recuperação das atividades nos diversos setores é igualmente ilustrada pela evolução da faturação nas empresas, bem como pela evolução distinta do emprego nos diferentes setores.

O índice de volume de negócios (IVN) da **indústria** do INE, em setembro, registou um acréscimo homólogo de +11,6%, face a setembro de 2020, e também de +9,7% quando comparado com setembro de 2019. No conjunto dos primeiros 9 meses do ano, o acréscimo face a 2020 é de 14,9%, embora face a 2019 seja ainda de apenas 0,8%.

No caso da **globalidade do comércio a retalho**, o IVN em outubro ficou 3,4% acima do nível de 2020, e já 4,1% acima do nível de 2019. No conjunto dos 10 primeiros meses de 2021 o crescimento homólogo face a 2020 foi de +3,2%, situando-se quase ao ní-

IVN Comércio e Reparação Automóvel





+8,8% Acréscimo homólogo
Janeiro a Setembro 2021

-3,3% Decréscimo homólogo Setembro 2021

Automóveis Passageiros Ligeiros novos - matrículas



+3,2% Acréscimo homólogo Janeiro a Outubro 2021

Mercado de Trabalho



+2,3% Acréscimo homólogo total de empregados
Janeiro a Outubro de 2021

Decréscimo homólogo total de desempregados
Janeiro a Outubro de 2027

Índice do Número de Horas Trabalhadas





Acréscimo homólogo no Comércio a Retalho - Janeiro a Outubro 2021

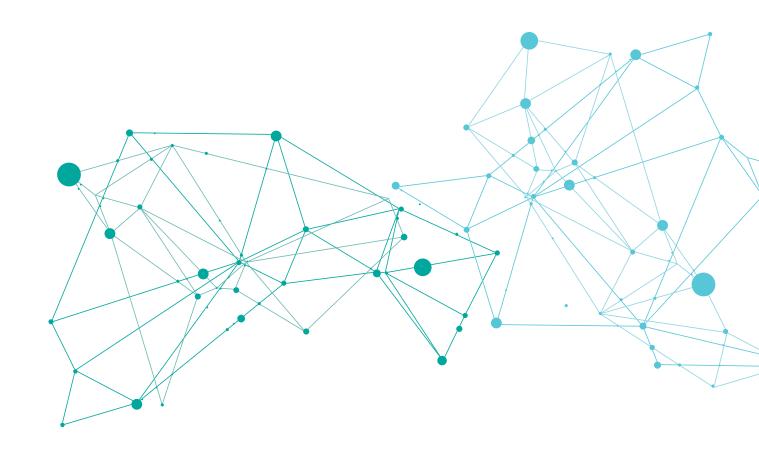
—1,4% Decréscimo homólogo nos Serviços Janeiro a Setembro 2021

No sentido inverso, o número de desempregados, tal como a taxa de desemprego, foram-se reduzindo sucessivamente ao longo de 2021, ascendendo a 318,7 mil indivíduos e a 6,1% (-1,9 pontos percentuais -p.p.- que no 3° trimestre de 2020), respetivamente. Também a taxa de subutilização do trabalho, de 11,9% no último 3° trimestre, se reduziu ao longo de 2021 (-3,2 p.p. que no 3° trimestre de 2020 e próxima da registada no 3° trimestre de 2019).

Em termos setoriais, o emprego na Agricultura e pescas, registou um acréscimo homólogo de 11,1% face ao 3° trimestre de 2020 embora mantendo-se aquém do nível de 2019. O emprego na Indústria, Construção e Energia, registou um decréscimo homólogo de -2,1% face a 2020 e também aquém do nível de emprego de 2019, com um forte contributo da construção na qual se registou um decréscimo homólogo de -3%. Nos Serviços o aumento no emprego foi de 6,9% face ao 3° trimestre de 2020, correspondendo já a um crescimento face a 2019, embora com evoluções distintas nos diferentes ramos de atividades de serviços.

Destacam-se as quebras registadas no emprego da Restauração e Alojamento (-35,7 mil indivíduos que no 3° trimestre de 2020), bem como no emprego na categoria residual dos Outros serviços (-53,1 mil indivíduos), e ramos de serviços nos quais o emprego registou ritmos de crescimento menores (sendo esse o caso do aumento do emprego nas Atividades de saúde humana e apoio social, de +5,4%, nas atividades do comércio, de +6,3%, nas Atividades administrativas e dos serviços de apoio, de +8% e nas Atividades de transporte e armazenagem, de +8,3%) por contrapartida de outros ramos de serviços com ritmos de crescimento muito significativos (nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, de + 25,8%, nas Atividades financeiras e de seguros, de +25,7%, na Administração pública e defesa; segurança social obrigatória, de +19,3%, nas Atividades imobiliárias, de +19,2%, nas Atividades de informação e de comunicação, de +16,1% e nas Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, de +15,8%).

2 de Dezembro de 2021 •





OS NÚMEROS

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO SÉC. XXI E AS PREVIÕES PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Duas décadas de quase estagnação e um cenário para os próximos anos bastante insatisfatório

1. Se olharmos para os últimos 20 anos, é incontornável destacar a quase estagnação da economia portuguesa que, em média anual, apenas cresceu 0.44% entre 2002 e 2021. É certo que estes valores são influenciados pelas duas grandes crises registadas desde o início do século (2008-2013 e

2020-2021), mas os números mostram que já antes de 2008 o crescimento médio anual do PIB fora de apenas 1.38% e, se excluirmos os anos de crise, ficam 13 anos em que o crescimento médio foi de apenas 1.6% (não inclui 2021).

Evolução do PIB nos últimos 20 anos



^{*} Estimativa do Governo na POE 22

2. Este ciclo económico acentuou a nossa divergência com a média comunitária, sendo particularmente relevante o diferencial de crescimento registado relativamente aos países do "alargamento". Tal contribuiu para que, no indicador do PIB per capita, Portugal tenha vindo a perder posições no escalonamento dos 27 países do U.E., ocupando em 2001 a 15ª posição e descendo para a 20ª posição em 2020.

Variação Média Anual do PIB entre 2002 e 2021



Países do "Alargamento"

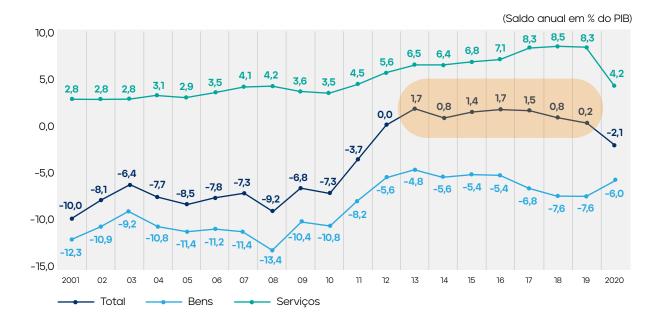
Fonte: Eurostat

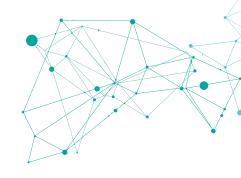
3. O país manteve na primeira década um saldo negativo da sua balança de bens e serviços com reflexos nas nossas contas externas, situação que se alterou a partir de 2013 com um período de 7 anos de um saldo positivo da balança comercial, que, contudo, se foi reduzindo desde 2017 para retomar em 2020 um novo saldo negativo. Os anos de saldo positivo resultaram da conjugação de uma balança de serviços mais excedentária e de uma balança de bens menos negativa. É, sem dúvida, o maior crescimento da economia registado a partir de 2017 que contribuiu para o agravamento da balança de bens, dada a elevada

componente importada, de bens, seja a nível da procura interna, seja das exportações.

A evolução favorável da balança de serviços, que permitiu o saldo positivo da balança de bens e serviços, ocorreu, contudo, com um afunilamento das respectivas categorias de produtos, com as exportações de "viagens e turismo" a ganharem peso (superando os 50% do total das exportações de serviços), enquanto as exportações de "transportes" e "outros serviços" registavam uma redução (o somatório de ambas em 2019 representava apenas 38% do total de exportação de serviços, quando em 2013 o seu peso fora de 47.3%).

Evolução da Balança de Bens e Serviços nos últimos 20 anos





O Contributo das Principais Categorias de Produtos para as Exportações de Serviços

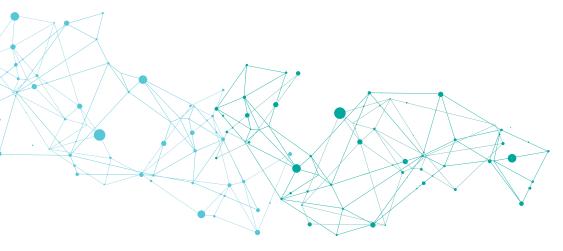
(em % do total das exportações de serviços)



4. O **investimento**, quer público, quer privado, **regista uma quebra acentuada** (em % do PIB) ao longo dos últimos 20 anos.

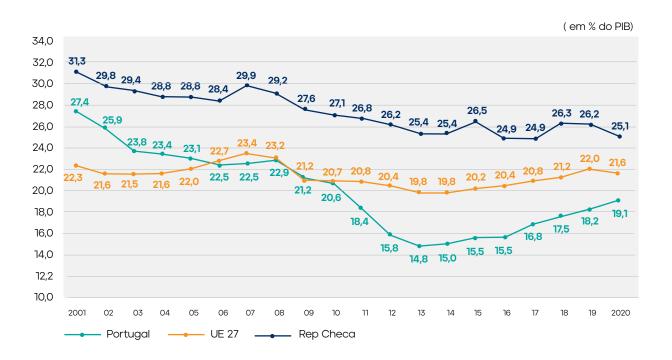
Em 2021 o investimento total da economia portuguesa situava-se, claramente, acima da média da U.E.(27), embora sendo já inferior ao dos países do alargamento (ver o exemplo da Rep. Checa), mas, a partir de 2008, ele foi sempre inferior ao da média comunitária, com um acentuar do diferencial até 2013 e uma redução do mesmo entre 2013 e 2020, devido, sobretudo, ao contributo do investimento privado.

Na realidade, os números do **investimento público**, que haviam dado **um importante contributo para alavancar o crescimento no início do século** (em 2001, Portugal era o 2º país da U.E. com maior investimento público em % do PIB), sofrem uma **constante degradação na saída da crise das dívidas soberanas**, mantendo sempre, desde 2013 até 2020, a última posição no rácio do investimento público no PIB, do conjunto dos 27 países da U.E. (o investimento público na segunda década do século caiu, para cerca de metade do valor médio da década anterior).



CCP - Confederação do Comércio e Serviços Portugal

Investimentos (FBCF): Evolução Comparativa (últimos 20 anos)



Investimento Público (FBCF): comparação com a U.E. (últimos 20 anos)



5. A crise COVID teve em Portugal um impacto económico superior ao registado na média da U.E.(27) e na zona euro. Em 2020 a queda do PIB foi em 2.4 p.p. superior à da U.E. e a recuperação deste indicador, em 2021 e 2022, far-se-á (segundo as estimativas conhecidas) mais lentamente. Em 2021 Portugal estará ainda a 3.6 p.p. de recuperar da queda de 2020 enquanto a U.E.(27) ficará apenas a 0.7 p.p. de o conseguir, ou seja o diferencial de recuperação situar-se-á em -2.9 p.p..

A queda do PIB português, num só ano, foi superior à registada nos quatro anos da crise de 2009-2013, em que totalizou -8.1% (ou seja -0.3 p.p.). No entanto, a recuperação da crise deverá ser mais rápida: durou 4 anos na crise anterior (só em 2017 se atingiu o PIB de 2008) e apenas 2 na crise COVID de acordo com a previsão actual.

O maior contributo para o colapso da economia vem das **exportações** que caíram -18.6% em 2020, conseguindo apenas no final de 2022 recuperar desta quebra (+0.8 p.p.), enquanto na procura interna (consumo privado e investimento) a recuperação será previsivelmente atingida no 1° trimestre de 2022, terminando o ano com o investimento 10.5 p.p. acima do valor de 2020.

A crise COVID contribuiu ainda para a**gravar as** contas externas do país reflectindo-se no retorno de saldos negativos da balança de bens e serviços, que tiveram efeito directo no saldo da balança corrente, conduzindo a um aumento das necessidades líquidas de financiamento face ao exterior

Evolução do PIB em Comparação com a U.E.

(% de variação)

| | 2019 | 2020 | 2021* | 2020/2021 |
|------------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|
| Portugal | 2,7 | -8,4 | 4,8 | -3,6 |
| Zona Euro | 1,3 | -6,5 | 5,3 | -1,2 |
| U.E. (27) | 1,6 | -6 | 5,3 | -0,7 |
| Diferencial Portugal/U.E. | + 1.1 p.p. | -2,4 p.p. | -0.5 p.p. | -2.9 p.p. |

^{*} Estimativas (C.E. e POE 22)

Evolução das Componentes do PIB

(% de variação)

| | 2020 | 2021* | 2022** | △ 2020/2022 |
|--------------------|-------|-------|--------|--------------------|
| Consumo Privado | -7,1 | 5,2 | 4,7 | +2,8 |
| Investimento | -2,7 | 5,2 | 8,1 | +10,5 |
| Exportações | -18,6 | 9,1 | 10,3 | +0,8 |

^{*} Estimativa da POE 22) ** Previsão da POE 22)

Contas Externas

(% do PIB)

| | 2021* | 2022** |
|---|-------|--------|
| Saldo da balança de bens e serviços | -2,4 | -1,7 |
| Saldo da balança corrente | -7,7 | -0,7 |
| Necessidade líquida de financiamento face ao exterior | 0,9 | 2,1 |

Fonte: POE 22 * Estimativa da POE 22) ** Previsão da POE 22)

6. De acordo com as últimas previsões conhecidas para um cenário de médio prazo (2021 - 25): Governo-Programa de Estabilidade (PE) e Conselho de Finanças Públicas apontam para um crescimento medíocre nos próximos anos, com uma previsão de crescimento a variar entre 2.9% e 2.0%, para os anos 2023 a 2025. Este crescimento é resultante de uma desaceleração continuada, quer da procura interna, quer da procura externa, acompanhada por um acentuar do défice das balanças de bens e serviços e corrente. Contudo, a previsão de

um deflactor do PIB mais elevado permite apontar, igualmente, para um maior diferencial entre o PIB real e o PIB nominal, o que terá um reflexo positivo nos rácios dos indicadores que têm este último indicador como referencial (caso da dívida pública). O programa de Estabilidade (de Abril 2021) prevê para os anos 2023 a 2025, um saldo primário estrutural marginalmente positivo (0.2 a 0.5%) ou seja, antecipa uma orientação orçamental ligeiramente restritiva no pós-crise.

Cenário Macroeconómico (2021-2025)

(% de variação, salvo indicação em contrário)

| | C.F.P. | (Set. 202 | 27) | | Governo - PE (Abril 2021) | | | | | | |
|--|--------|-----------|------|------|---------------------------|------|------|------|------|------|--|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | |
| PIB | 4,7 | 5,1 | 2,9 | 2,2 | 2,0 | 4,0 | 4,9 | 2,8 | 2,4 | 2,2 | |
| Consumo privado | 4,5 | 4,1 | 3,2 | 2,6 | 2,3 | 2,8 | 3,7 | 2,2 | 2,1 | 2,1 | |
| Investimento (FBCF) | 5,9 | 7,1 | 4,6 | 3,6 | 3,2 | 4 | 8 | 8,6 | 6,3 | 5,7 | |
| Export. | 10,3 | 10,7 | 6,6 | 3,3 | 3,2 | 8,7 | 7,9 | 5,1 | 4,8 | 4,6 | |
| Import. | 10,0 | 7,9 | 6,8 | 4,1 | 3,9 | 5,4 | 6 | 6 | 5,6 | 5,4 | |
| Deflactor do PIB | 0,8 | 1,9 | 1,7 | 1,6 | 1,6 | 1,3 | 1,3 | 1,4 | 1,4 | 1,4 | |
| PIB nominal | 5,5 | 7,1 | 4,6 | 3,9 | 3,7 | 5,4 | 6,2 | 4,3 | 3,9 | 3,7 | |
| IHPC | 0,8 | 1,6 | 1,4 | 1,5 | 1,5 | 0,8 | 0,9 | 1,1 | 1,3 | 1,5 | |
| Tx. desemprego (em % população activa) | 7,3 | 6,9 | 6,5 | 6,4 | 6,4 | 7,3 | 6,7 | 6,4 | 6 | 5,8 | |
| Balança corrente (% PIB) | -1,3 | -1,2 | -1,2 | -1,5 | -1,6 | | | | | | |
| Balança bens e serviços (% PIB) | -2,5 | -1,7 | -1,7 | -7,9 | -2,1 | -0,7 | О,1 | -0,2 | -O,4 | -0,8 | |
| Necessidade líquida de financiamento face ao exterior (%PIB) | О,1 | 1,6 | 1,7 | 1,0 | 0,6 | 2,1 | 3,4 | 3,4 | 2,9 | 2,5 | |

7. Em matéria de **dívida pública** é de assinalar que Portugal tem para 2022 uma previsão de redução desta que é a 2° maior da U.E.(27). Após ter registado um aumento de 16.8 p.p. na dívida pública em 2020, entre este ano e 2022 as previsões do Governo apontam para uma redução na mesma de 10.3 p.p. (valor apenas ultrapassado no conjunto da U.E. por Chipre). No mesmo período a Zona Euro agrava a dívida pública em 0.8 p.p..

Apesar desta evolução positiva da dívida pública, num cenário de médio e longo prazo verificamos (de acordo com a projecção do Governo no Relatório POE 2022) que a dívida pública se manterá durante várias décadas acima do valor de referência dos 60% do PIB. Apenas em 2069, a cumprir-se a trajectória apresentada, Portugal registará um valor abaixo dos 60%. Esta trajectória é positivamente obtida pela conjugação do efeito PIB nominal (o principal factor indutor da redução do peso da dívida) com o efeito saldo primário estrutural, pressupondo-se ainda que o efeito juros, que influencia negativamente o serviço da dívida, se manterá nas próximas 5 décadas em valores praticamente constantes e moderados oscilando entre 2% e 3%.

Os números relativos à dívida pública mostram a existência de uma conjuntura actual particularmente favorável à gestão desta, que se traduz:

- Numa redução das taxas de juro (de acordo com POE 22 a taxa média das O.T. emitidas em 2021 tiveram a taxa de juro mais baixa de sempre com 0.40%);
- Num aumento das maturidades da dívida de médio e longo prazo, visando um alisamento do perfil dos respectivos reembolsos (em 2021 e até Agosto a maturidade média daquelas situa-se nos 14.4 anos, ou seja regista um aumento de 4 anos relativamente a 2020).

Deste modo, o custo da dívida emitida em 2021 tem vindo a consolidar a trajectória descendente iniciada em 2016 (ponderada pelo montante e pela maturidade) e o serviço da dívida manteve a trajectória descendente (cerca de 900 milhões de euros abaixo do valor de 2020), com uma taxa de juro implícita da ordem dos 2.0% (foi de 2.3% em 2020).

As previsões de redução do peso da dívida a manterem-se as metas do Governo para 2022 traduzem, ainda, uma desaceleração do aumento do seu montante efectivo (+3.6%) registando necessidades líquidas de financiamento inferiores



PIB 2025 (C.F.P. Set. 2021)

2,0

"Este crescimento é resultante de uma desaceleração continuada, quer da procura interna, quer da procura externa, acompanhada por um acentuar do défice das balanças de bens e serviços e corrente."

Dívida Pública Bruta

(% do PIB)

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | Δ 2022/2020 |
|------------|-------|-------|-------|-------|-------------|
| Bélgica | 98,1 | 114,1 | 115,3 | 115,5 | +1,4 |
| Alemanha | 59,7 | 69,8 | 73,1 | 72,2 | +2,4 |
| Irlanda | 57,4 | 59,5 | 61,4 | 59,7 | +0,2 |
| Grécia | 180,5 | 205,6 | 208,8 | 201,5 | -4,1 |
| Espanha | 95,5 | 120,0 | 119,6 | 116,9 | -3,9 |
| França | 97,6 | 115,7 | 117,4 | 116,4 | +0,7 |
| Itália | 134,6 | 155,8 | 159,8 | 156,6 | +0,8 |
| Chipre | 94,0 | 118,2 | 112,2 | 106,6 | -11,6 |
| Estónia | 8,4 | 18,2 | 21,3 | 24 | +5,8 |
| Letónia | 37,0 | 43,5 | 47,3 | 46,4 | +2,9 |
| Lituânia | 35,9 | 47,3 | 51,9 | 54,1 | +6,8 |
| Luxemburgo | 22,0 | 24,9 | 27,0 | 26,8 | +1,9 |
| Malta | 42,0 | 54,3 | 64,7 | 65,5 | +11,2 |
| Holanda | 48,7 | 54,5 | 58,0 | 56,8 | +2,3 |
| Áustria | 70,5 | 83,9 | 87,2 | 85,0 | +7,7 |
| Portugal | 116,8 | 133,6 | 127,2 | 122,3 | -10,3 |
| Eslovénia | 65,6 | 80,8 | 79,0 | 76,7 | -4,1 |
| Eslováquia | 48,2 | 60,6 | 59,5 | 59 | -1,6 |
| Finlândia | 59,5 | 69,2 | 71,0 | 70,1 | +0,9 |
| Zona Euro | 85,8 | 100,0 | 102,4 | 100,8 | +0,8 |

Fonte: Previsões de Primavera da C.E.



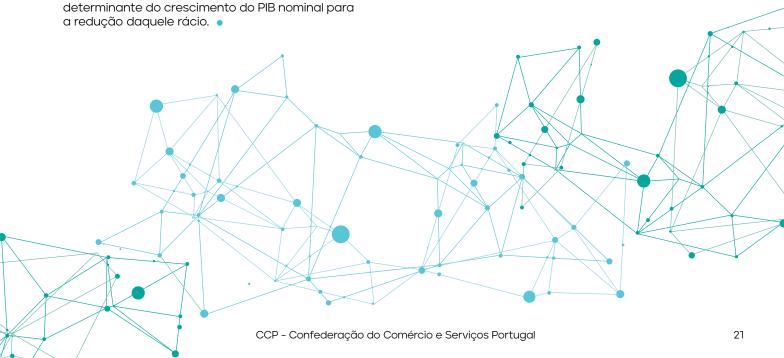
Evolução da Dívida Pública a Longo Prazo

| | 2022 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 50 | 60 | 70 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Dívida | 122,8 | 120,0 | 116,0 | 112,8 | 110,1 | 107,4 | 104,8 | 102,2 | 100,1 | 98,4 | 96,9 | 95,5 | 94,2 | 93,0 | 91,9 | 90,8 | 89,9 | 89,1 | 88,4 | 83,4 | 72,5 | 58,3 |
| Efeito PIB nominal | -8,1 | -5,6 | -5,0 | -4,6 | -3,7 | -3,7 | -3,8 | -3,9 | -3,5 | -3,2 | -3,2 | -3,2 | -3,2 | -3,2 | -3,3 | -3,3 | -3,3 | -3,2 | -3,2 | -3,2 | -2,9 | -2,3 |
| Efeito juros | 2,3 | 2,2 | 1,9 | 1,8 | 1,9 | 2,0 | 2,1 | 2,2 | 2,3 | 2,3 | 2,4 | 2,4 | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 2,6 | 2,6 | 2,7 | 2,7 | 3,3 | 2,9 | 2,3 |
| Efeito saldo primário | 0,2 | -0,4 | -0,5 | -0,8 | -1,5 | -2,0 | -2,1 | -2,2 | -2,2 | -2,3 | -2,3 | -2,4 | -2,4 | -2,4 | -2,5 | -2,5 | -2,6 | -2,6 | -2,7 | -3,2 | -2,8 | -2,2 |

Fonte: POE 22

8. Neste quadro, os desafios de médio prazo colocados às políticas públicas macroeconómicas afiguram-se claros: romper com um ciclo de 20 anos de estagnação, dando prioridade a uma política focada em conseguir um crescimento bem mais robusto da economia portuguesa (apontamos para um crescimento da ordem dos 4% em termos reais), o que implica, para além de uma boa utilização dos fundos europeus, uma política "amiga" do investimento e do desenvolvimento do país, nomeadamente em matéria fiscal. Esta política é, no contexto actual e tendo em conta as previsões das principais instituições internacionais, compatível com uma política de boa gestão das finanças públicas, visando prosseguir a redução do défice orçamental e o seu reequilíbrio, condição para garantir a continuidade de uma gestão realista e sustentável da dívida pública, que indo no sentido da progressiva redução da mesma face ao PIB, assuma, que o longo curso dessa trajectória (que o quadro do POE ilustra), conta com o contributo determinante do crescimento do PIB nominal para

"os desafios de médio prazo colocados às políticas públicas macroeconómicas afiguram-se claros: romper com um ciclo de 20 anos de estagnação"





AS POLÍTICAS

OS EFEITOS DA PANDEMIA COVID SOBRE O SISTEMA DE PENSÕES

A ESPERANÇA DE VIDA A RECUAR E O IMPACTO NA REDUÇÃO DA IDADE LEGAL DA REFORMA E NO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DA SEGURANÇA SOCIAL

JForam divulgadas no princípio desta semana, a 29 de novembro, as últimas estimativas do INE sobre a esperança de vida aos 65 anos. Pela primeira vez desde 1990, este indicador sofre um recuo, passando de 19,69 anos para 19,35, ou seja um pouco mais de 4 meses. Trata-se de um fenómeno observável à escala mundial, que se deve ao excesso de mortalidade provocado pela pandemia, não só diretamente entre as vítimas da Covid 19, como também de forma indireta, pelas consequências da disrupção provocada na prevenção e tratamento de doenças graves pelos serviços

de saúde. Foi assim interrompido o ciclo de crescimento da esperança de vida aos 65 anos, que, no espaço de três décadas, entre 1990 e 2020, progrediu 4 anos e 1 mês, ou seja, mais de um mês e meio por ano. Note-se que esta progressão foi mais rápida para as mulheres do que para os homens, cifrando-se atualmente a diferença de esperança de vida em 3 anos e 4 meses a favor das primeiras.

Em Portugal, a esperança média de vida aos 65 anos desempenha um papel importante na re-

gulação da despesa com as pensões de velhice, através de dois mecanismos. Em primeiro lugar, a **idade legal de reforma** em cada ano é determinada pela evolução da esperança média de vida aos 65 anos nos 3° e 2° anos anteriores. O recuo deste indicador implica que, pela primeira vez desde o início desta regra em 2014, a idade legal de reforma vai diminuir, passando de 66 anos e 7 meses em 2022 para 66 anos e 4 meses em 2023. Como podemos ver na tabela, é como se regressássemos à situação verificada em 2018.

Em segundo lugar, o tão discutido "fator de sustentabilidade" é determinado pela relação entre o valor atual da esperança de vida aos 65 anos e o valor que ele tomou em 2000. Originalmente, no âmbito da Lei de Bases de 2007, este mecanismo deveria reduzir o valor de todas as pensões de velhice, a fim de compensar o aumento da despesa inerente ao alongamento do período de tempo pós-reforma. Porém, hoje em dia, ele preenche

uma função de desincentivo das reformas antecipadas, só se aplicando em duas situações:

- Aos cidadãos que tenham idade igual ou superior a 60 anos de idade e que possuam, pelo menos, 40 anos de carreira contributiva, independentemente da idade que tinham quando atingiram este limite;
- Aos desempregados de longa duração que reúnam as condições para a passagem à reforma antecipada.

O recuo da esperança média de vida aos 65 anos implica que o fator de sustentabilidade a aplicar em 2022 baixa dos atuais 15,5% para 14,1 %. O que significa que as pensões de reforma antecipada nas duas situações descritas vão ganhar no próximo ano 1,4 pontos percentuais em relação ao que seriam se tivessem sido iniciadas este ano.

| Anos | Fator de Sustentabilidade | ldadeLegal de Reforma | | | |
|------|---------------------------|-----------------------|--|--|--|
| 2016 | 13,3% | 66 A 2 M | | | |
| 2017 | 13,9% | 66 A 3 M | | | |
| 2018 | 14,5% | 66 A 4 M | | | |
| 2019 | 14,7% | 66 A 5 M | | | |
| 2020 | 15,2% | 66 A 5 M | | | |
| 2021 | 15,5% | 66 A 6 M | | | |
| 2022 | 14,1% | 66 A 7 M | | | |
| 2023 | - | 66 A 4 M | | | |
| | | | | | |

Esta interrupção imprevista do ciclo da esperança de vida veio alterar o modo como se equacionava até agora a relação entre evolução demográfica e regulação da despesa com pensões. Ficou claro que esta relação pode agir em dois sentidos e não só num sentido único. O que levanta pelo menos três ordens de questões.

Em primeiro lugar, trata-se de uma alteração pontual ou haverá motivos para acreditar que se poderá repetir nos próximos anos?

Por razões puramente aritméticas, é bem possível que a redução da esperança de vida prossiga pelo menos por mais um ano e que a idade de reforma possa ainda descer em 2024. A esperança de vida em cada ano é calculada com base na média móvel dos últimos três anos. E se o valor obtido

este ano ainda inclui 2019, ano pré-pandemia, já o próximo valor será baseado exclusivamente nos anos pós-pandemia: 2020-2022. Se, por exemplo, hipoteticamente se mantiver o ritmo de redução verificado este ano, a idade legal de passagem à reforma voltará a ser em 2024 aquela que se aplicava em 2014, antes da implementação do atual método de cálculo, ou seja, 66 anos.

É muito arriscado porém fazer projeções da evolução da esperança de vida, numa situação como a que vivemos, em que coexistem uma série de incógnitas a acrescentar àquelas que em períodos ditos normais determinam a duração da vida humana. Por um lado, existem novas ondas de variantes do coronavírus, os efeitos incertos da Covid longa, e o impacto da pandemia sobre o tratamento e diagnóstico de outras morbilidades, que depende

fundamentalmente da capacidade de reação e resiliência dos serviços de saúde. Por outro lado, temos o avanço dos programas de vacinação, a descoberta de novos medicamentos curativos, um melhor conhecimento do controlo de infeções em massa e o acumular de experiência da própria população em lidar com práticas preventivas. Poderá ainda verificar-se o que os demógrafos chamam de "efeito de sobrevivência": porque a sociedade perdeu uma parte da sua população mais frágil, a população sobrevivente será teoricamente mais saudável e por isso capaz de voltar a atingir elevados níveis de esperança de vida.

Em segundo lugar, coloca-se a questão de saber até que ponto as novas condições poderão alterar o comportamento das pessoas que estão perto da idade reforma. A diminuição do fator de sustentabilidade fará aumentar o valor da pensão antecipada em 1,4 ponto percentual, o que poderá encorajar a decisão de passagem à reforma antes da idade legal por parte das pessoas que reúnam as condições para o fazer (contribuintes com 60 anos de idade e 40 de carreira, bem como desempregados de longa duração). Mas mesmo naqueles casos em que apenas se aplique a penalização mensal de 0,5% (contribuintes que tinham 40 anos de carreira aos 60 anos de idade) pode ficar mais apetecível a passagem à reforma antecipada por flexibilidade pois o período durante o qual uma tal penalização é devida encurta três meses. Em conclusão, a manterem-se as atuais regras, tenderá a aumentar o número de novas reformas antecipadas (que totalizaram 28 mil em 2020).

Por fim, será que esta alteração põe em causa a política seguida em Portugal, de fazer depender o valor da pensão e/ou a idade de passagem à reforma da evolução da esperança média de vida? Portugal é um dos 17 países da União Europeia que introduziu este tipo de políticas, aliás largamente recomendado por organizações internacionais tais como a Comissão Europeia ou a OCDE. E por boas razões. Com efeito, é de esperar que o alongamento da esperança de vida possibilite a um número cada vez maior de trabalhadores prolongar a sua atividade profissional sem prejuízo para a saúde. Este argumento não será válido para aqueles ca-

sos em que o tipo de trabalho executado seja fisicamente exigente ou em que o trabalhador padeça de problemas de saúde, mas a servitização da economia e a melhoria da prevenção de saúde e segurança no trabalho tendem a reduzir a prevalência de tais casos. Também, o alongamento da esperança de vida, a não ser compensado por este tipo de políticas, conduziria a um desequilíbrio financeiramente insustentável entre tempo de atividade e tempo de reforma. Diga-se aliás que o aumento da idade legal de reforma desde 1990 (1 ano e 7 meses) apenas cobre muito parcialmente o alongamento da esperança de vida desde essa data (4 anos e 1 mês).

O efeito imediato da redução da idade legal de reforma será o aumento do número de novas reformas em 2023 e talvez nos anos seguintes, o que implica o aumento da despesa e a correspondente redução das receitas contributivas. Sendo a redução da idade legal de 3 meses podemos arriscar um acréscimo entre 20 e 25 mil novas reformas (aproximadamente 1/4 do número atual de 90 mil novas reformas). Teremos pois um efeito negativo imediato sobre o equilíbrio financeiro do sistema de Segurança Social. Significa isto que deve ser revisto o princípio de associar a esperança de vida aos parâmetros que regem o nosso sistema de pensões? Não, de todo. Porque o excesso de mortalidade que está por detrás do recuo da esperança de vida vai refletir-se no curto prazo na queda do número de pensionistas, e portanto da despesa com pensões. As primeiras estimativas deste efeito, publicadas pela OCDE, sugerem que ele será diminuto em virtude de o excesso de mortalidade estar concentrado em pessoas com reduzida esperança de vida¹. Mas teremos talvez também de integrar efeitos de médio e longo prazo associados à Covid longa e à própria duração da pandemia, a fim de obter uma perspetiva mais apurada do seu impacto sobre a sustentabilidade da Segurança Social. Até que possuamos projeções mais detalhadas da despesa e da receita do sistema previdencial que tomem em consideração o impacto da pandemia, só poderemos concluir que a associação entre esperança de vida e pensões parece continuar a ser justificada, quer num sentido quer noutro.



¹ No *Pensions Outlook* de 2020, a OCDE publicou os primeiros cálculos que apontavam para um aumento da taxa de mortalidade de 6% na Europa causado pelo excesso de mortes Covid. Não se esperava que este aumento tivesse um impacto superior a 0,2% na despesa com pensões.



ROTEIRO PARA AS POLÍTICAS RELATIVAS AOS PLÁSTICOS DE BASE BIOLÓGICA, BIODEGRADÁVEIS E COMPOSTÁVEIS

NOVA INICIATIVA DA COMISSÃO EUROPEIA NO ÂMBITO DA ECONOMIA CIRCULAR

A Comissão Europeia estabeleceu um Plano de Acção para a Economia Circular (CEAP), visando orientar a transição com propostas para todos os sectores envolvidos nesta visão, incluindo os plásticos.

De acordo com o CEAP, o quadro de políticas deve endereçar os desafios:

 de sustentabilidade, ligados ao fornecimento, rotulagem e uso de plásticos de base biológica para assegurar os resultados da sua utilização em cenários genuinamente ambientais, indo para além da questão da utilização de recursos fósseis;

 da utilização de plásticos biodegradáveis e compostáveis, baseados numa avaliação das aplicações em que tal uso possa ser benéfico para o ambiente e a definição dos critérios para tais aplicações. O objectivo é que esta iniciativa seja desenvolvida em estreita colaboração com outras iniciativas, como por exemplo a revisão da Directiva sobre as Embalagens e os Resíduos de Embalagens; a implementação da Directiva sobre plásticos de utilização única; o parecer da Agência Europeia dos Químicos sobe a proposta de restrições à adição intencional de microplásticos.

Há a noção de que são necessárias soluções para uma economia dos plásticos que ainda é baseada nos fósseis, que afecta o ambiente e que as próprias designações de composição dos vários tipos de plásticos é confusa - por exemplo, os plásticos "biodegradáveis" são plásticos com propriedades biodegradáveis e os plásticos "compostáveis" só se degradam num cenário de tratamento, a ser efectuado em determinadas unidades industriais.

Contudo, o termo "biodegradável" não especifica o ambiente concreto em que estes plásticos deverão ser colocados no fim de vida (por exemplo, se são ou não biodegradáveis no solo, na água...).

Consequentemente, os consumidores não têm acesso a informação clara e fiável quando tomam as suas decisões de compra. Por outro lado, a utilização de tanto as embalagens convencionais como das compostáveis em produtos semelhantes resulta em confusão no momento da entrega dos seus resíduos, o que pode levar à contaminação dos processos de reciclagem, reduzindo a sua potencialidade numa óptica de economia circular dos plásticos.

Tem havido uma evolução considerável na forma como a União Europeia tem endereçado uma política visando uma economia circular dos produtos baseados em plástico - os Estados-Membros e as regiões têm vindo, crescentemente, a adoptar medidas para combater a poluição produzida pelos plásticos.

A este respeito, alguns países tornaram obrigatório o uso de determinado tipo de plástico em produtos como os sacos do lixo, por exemplo; tornaram obrigatória a separação dos resíduos, tentando evitar a contaminação ao nível do seu tratamento; e - como em Portugal - outros impuseram o pagamento obrigatório dos sacos plásticos em estabelecimentos comerciais.

A Comissão avança, agora, esta nova iniciativa, tentando que todos possam reforçar o seu contributo para limitar os impactos ambientais ligados à utilização de recursos e da energia, bem como da produção de bens e da sua utilização.

Neste sentido, a iniciativa visa clarificar - como se referiu supra - os diferentes tipos de plástico relativamente à sua composição e capacidade (e condições) de serem biodegradáveis, numa óptica de possibilitar que os actores em presença possam contribuir de forma reforçada para uma economia mais ambiental e visando a sua circularidade.

Neste sentido, três medidas concretas estão contempladas no roteiro:

- o estabelecimento de definições claras e de princípios transversais aplicáveis aos tipos de plásticos, na óptica da economia circular e estabelecendo princípios hierarquizados relativamente ao tratamento dos resíduos, assim como aproveitar as experiências que têm vindo a ser utilizadas pelos vários Estados-membros nestes domínios; prevendo a adopção de medidas posteriores, de acordo com o que for considerado necessário;
- clarificar os métodos mensurais e relacionados com a rotulagem dos produtos plásticos que sejam total ou parcialmente derivados da biomassa (o conteúdo "baseado no bio"), bem como a sustentabilidade da incorporação de substâncias biológicas na produção de plástico, considerando critérios de sustentabilidade;
- assegurar esta abordagem para todos os tipos de plástico, bem como avaliar a questão
 da testagem, da rotulagem e da certificação
 para assegurar uma biodegradação efectiva,
 alinhando estas questões com o quadro legal existente e evitando a confusão entre os
 consumidores.

No sentido de recolher contributos dos vários actores envolvidos - nomeadamente das entidades patronais, dos cidadãos em geral e das entidades públicas envolvidas, para além de outros - a Comissão Europeia lançou uma consulta pública, cujos resultados estão agora a ser trabalhados para futura divulgação. Está, também, equacionada a realização de outras formas de auscultação, mais finas, por exemplo através de workshops e/ou de conferências.

A Eurocommerce - uma das entidades europeias em que a CCP se encontra filiada - enviou, já, o seu contributo à Comissão Europeia, sendo reproduzidos abaixo os seus principais conteúdos:

 a iniciativa da Comissão Europeia foi bem recebida, tendo em conta a importância de um enquadramento claro das políticas ligadas aos vários tipos de plástico que é usado em cada um dos países da União Europeia;

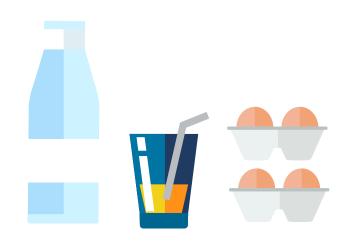
- considera que é urgente a existência de um quadro legal sobre os plásticos de base biológica, tendo em conta que há várias abordagens nacionais sobre este tipo de produtos, criando definições divergentes ou nada claras sobre os diferentes tipos de plástico;
- defendem, neste sentido, que haja uma harmonização das definições e dos standards usados, para se assegurar uma aplicação igual em todos os Estados-Membros;
- quando necessário, deveriam ser asseguradas acções de monitorização, acautelando--se que não se criem encargos suplementares sobre as empresas, nomeadamente resultantes de um incremento das exigências em torno dos sistemas nacionais de tratamento de resíduos (incluindo a reciclagem);
- uma definição de resíduos de base biológica deve ser desenvolvida com base num abordagem tecnológica, de desenvolvimento de produto e de política de consumo, não se devendo considerar qualquer produto primário biológico como um resíduo;
- é necessário clarificar os métodos de medição e de rotulagem da parte de um produto que derive total ou parcialmente da biomassa, bem como a sustentabilidade dos critérios usados;
- o papel da testagem, da rotulagem e da certificação no que respeita à biodegradação efectiva deve ser alinhada com as disposições existentes e evitar confusão entre os consumidores.

De acordo com o roteiro lançado pela Comissão, as medidas que venham a ser implementadas deverão começar a sua execução no segundo trimestre de 2022.

Os interessados em conhecer melhor o roteiro poderão aceder a informação concreta em:

https://ec.europa.eu/environment/topics/plastics/ bio-based-biodegradable-and-compostable--plastics_en •

"Há a noção de que são necessárias soluções para uma economia dos plásticos que ainda é baseada nos fósseis. que afecta o ambiente e que as próprias designações de composição dos vários tipos de plásticos é confusa"







OS DESAFIOS

PORTUGAL – SECTORES DE ATIVIDADE... À PROCURA DE TRABALHADORES

AS TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E O SEU IMPACTO NO PESO DA POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHAR

Em Portugal têm-se tornado cada vez mais notória as dificuldades de vários setores de atividade em encontrar trabalhadores para preencher postos de trabalho disponíveis. Estas dificuldades irão ter tendência a agravar-se tendo em conta a evolução demográfica que está em curso - a nível mundial e no caso português(*).

(*)"Labor 2030: The Collision of Demographics, Automation and Inequality"- Bain Consulting 2017

28

3% Índia Índia China 2 Índia Índia 2,4 China 2.8 2,6 2.8 2,3 ٦ 1,7 1,8 1.6 1,5 1,2 0,4 1,1 0,9 0,8 China 0 -0.4 - 0.4-1 1990-2010 2010-2030 1950-1970 1970-1990

Economias em desenvolvimento

Figura 1. Evolução da Demografia Mundial 1950-2030

A nível mundial

As décadas de 1960, 1970 e 1980 foram caracterizadas por um forte crescimento da população em idade ativa, quer nas economias desenvolvidas (com a geração *baby boomer* a entrar no mercado de trabalho), quer nas economias em desenvolvimento e emergentes, com destaque para a China. Esta dinâmica demográfica forneceu, por seu lado, uma base para a globalização e para a internacionalização da produção que a acompanhou, assente nas revoluções industriais na Ásia Pacífico.

Economias avançadas

A próxima década deverá ser já muito diferente, com a previsão de uma redução drástica do crescimento da população em idade ativa, tanto nas economias desenvolvidas como na China (neste caso em parte como consequência da política do filho único), como se observa na Figura 1 (**)

Estas tendências demográficas nas economias desenvolvidas têm três consequências distintas na dinâmica económica a nível mundial

 Um impacto nos atuais sistemas de pensões e de saúde causados pelo envelhecimento da população, aumentando diretamente as des-

- pesas públicas (podendo aumentá-las também indiretamente sempre que os Estados tiverem de intervir para cobrir deficiências de financiamento de instituições privadas, responsáveis, por exemplo, por sistemas de pensões);
- 2) O impacto deflacionário que o envelhecimento da população poderá gerar na economia, tal como se observa no caso do Japão, onde as faixas etárias que realizaram poupança e acumularam património na fase de vida ativa vão consumindo gradualmente essas poupanças (que na sua maioria existem sob a forma de depósitos bancários), podendo esta redução nos depósitos travar a concessão de crédito. Essas faixas etárias vão também deixar de dirigir a procura em setores chave da economia como: construção, equipamento doméstico, setor automóvel, etc., que não irão também encontrar procura de dimensão semelhante nas novas gerações (menos numerosas), fazendo com que as empresas desses setores tenham tendência para baixar preços de forma a aumentar as vendas físicas, contribuindo para um declínio geral dos preços;

^(**) A demografia constitui uma causa estrutural cujo impacto pode ser multiplicado por fatores sociais e económicos (desencontro entre nível de qualificação de trabalhadores e oferta de postos de trabalho; nível de salários oferecidos ou existência de desincentivos institucionais ao emprego)

3) A necessidade de ganhos significativos de produtividade. A redução da população em idade ativa, e da população jovem só pode ser compatível com a manutenção do crescimento nas economias desenvolvidas se houver ganhos significativos de produtividade, exigindo a adoção precoce de novas tecnologias que estão a emergir, integradas num novo sistema técnico-económico exigindo qualificação adequada de recursos humanos.

Em Portugal

Em Portugal é antecipável que num horizonte de longo prazo a população jovem se reduza, e a população em idade de trabalhar se vai reduzir ainda mais, sendo que a população que vai aumentar é a população idosa - vd Figura 2 (*)

Figura 2. Projeção da variação da população em idade de trabalhar, idosa e jovem, no período entre 2011 e 2051



Esta previsão (*) aponta para duas consequências:

- a) Portugal no futuro vai contar com muito menos população jovem e em idade de trabalhar para poder alcançar o crescimento que permita simultaneamente: financiar os sistemas de proteção social existentes que asseguram os rendimentos da população idosa; pagar divida publica externa deixada como herança e gerar oportunidades de emprego mais remunerador para quem trabalhe.
- b) Portugal, para crescer tem a exigência de ganhos substanciais de produtividade nas atividades em que a população se empregar. Se o

fizer em atividades que combinem baixas produtividades e baixos salários, o crescimento português continuará a ser anémico e pouco atrativo para imigrantes. Tanto mais que o que acontece em termos demográficos a Portugal não é muito diferente do que acontece com países europeus mais desenvolvidos – que podendo oferecer melhores salários irão ser mais atrativos para muitos imigrantes.

Ou seja sem uma nova dinâmica económica, tecnológica e social a evolução demográfica tornar--se á uma fonte de problemas de difícil solução.



OS DESAFIOS

A CRISE ENERGÉTICA NA EUROPA

DA EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO AO IMPACTO NOS PREÇOS DA ENERGIA

Com o fim do ano de 2021 a aproximar-se a passos largos, os sinais de retoma económica voltam a estar ameaçados devido à quarta vaga de Covid 19 (levando a que vários países da Europa Central sejam obrigados a voltar a implementar medidas de confinamento) e ao aparecimento da variante Ómicron, aos constrangimentos provocados pela escassez de bens provenientes da Ásia (nomeadamente os microchips necessários para assegurar a retoma da indústria automóvel europeia, situação já abordada no número anterior do

Boletim), as dificuldades de logística nos portos da Europa, bem como o aumento generalizado dos preços de bens de consumo e da energia, não auguram sinais de retoma económica robusta para o próximo ano. Neste artigo irei abordar a crise energética que actualmente vivemos, analisando a situação antes e depois do início da pandemia, procurando igualmente abordar os cenários previstos para a sua evolução nos anos vindouros na União Europeia.

Evolução dos principais indicadores de energia antes da pandemia

Produção de energia

Analisando a produção de energia primária por tipo de combustível na Europa entre 1990 e 2019, verifica-se que a produção de combustíveis de origem fóssil tem vindo a diminuir de forma constante desde 1990, sendo esta descida transversal a todos.

A elevada dependência energética da Europa é um facto bastante conhecido, sobretudo no que diz respeito à produção de petróleo e gás natural, dos quais as únicas reservas da Europa provêm do Mar do Norte (explorado pelo Reino Unido, Noruega, Dinamarca e Países Baixos) e da Roménia (embora com uma produção residual), observan-

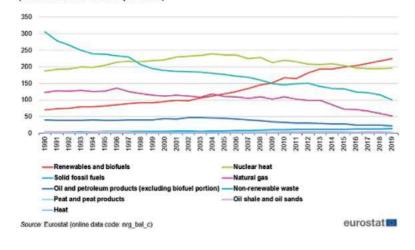
do-se que a produção tem vindo a ser cada vez mais reduzida devido à diminuição das reservas disponíveis.

No caso do carvão, embora existam ainda reservas de carvão bastante abundantes no território europeu, a sua produção tem diminuído devido aos compromissos assumidos de redução das emissões de CO2 assumidos pela União Europeia, pelo que gradualmente os países membros têm vindo a encerrar de forma gradual as suas centrais de energia a carvão (como o nosso país, que muito recentemente encerrou a central de energia do Pego, que era a sua última central a carvão). Por outro lado, a produção quer de energias renováveis quer de energia nuclear tem vindo a aumentar, fruto da "aposta" da União Europeia em produzir energia com recurso a energias renováveis a partir de fontes de produção de energia com baixas emissões de CO2.

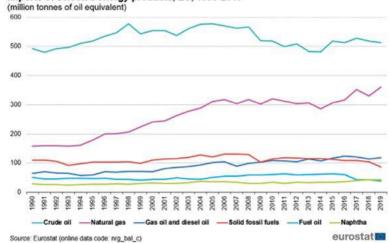




Primary energy production by fuel, EU, 1990-2019 (million tonnes of oil equivalent)



Imports of selected energy products, EU, 1990-2019



Importações de energia da União Europeia por tipo de energia

Observando as importações de produtos de energia no mesmo período, verificamos que a maior subida das importações provém do gás natural, do qual a UE é cada vez mais dependente para produção de energia e aquecimento (sobretudo na Alemanha, após ter decidido encerrar de forma gradual todas as suas centrais de produção de energia nuclear e a carvão até 2040).

No caso do petróleo (crude), a sua importação destina-se maioritariamente para o sector dos transportes e logística, observando-se uma ligeira tendência de descida a partir de 2017.

Importações de energia da União Europeia por origem

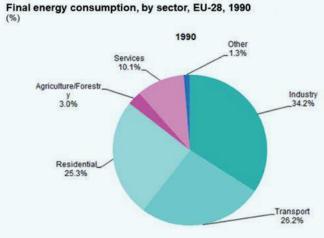
Analisando as origens da importação de fontes de energia primária entre 2005 e 2015, observamos que entre 2005 e 2015 a Rússia era o maior exportador de combustíveis sólidos, petróleo e gás para a União Europeia, fornecendo mais de 25% destes produtos de energia. Com o início do funcionamento do gasoduto Nordstream 2, a Europa passa a acontar com uma via directa de distribuição de

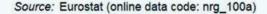
gás, sem ter de passar pelos países limítrofes da sua fronteira (Bielorússia e Ucrânia). No entanto, a dependência da UE em relação ao gás proveniente da Rússia também vai aumentar, sendo este um factor de risco, tendo em conta o que costumam ser as usuais posições da Rússia na defesa dos seus interesses geopolíticos.

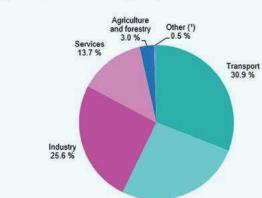
Por outro lado, fazendo uma análise aos maiores países exportadores de energia primária, verifica-se que existem países provenientes de áreas instáveis e vulneráveis a conflitos bélicos (como a Nigéria, Iraque, Líbia, Ucrânia ou Azerbeijão), sendo urgente uma maior diversificação e menor dependência de fontes de energia primária, de forma a precaver situações de instabilidade no fornecimento de recursos de energia.

Consumo final de energia por sector de actividade

Observando o consumo final de energia por sector de actividade em 1990 e 2019, verificamos que houve algumas mudanças. Em 1990 a maioria do consumo provém da indústria (34,2%), seguida dos transportes (26,2%) e do residencial (25,3%).







Final energy consumption by sector, EU, 2019 (% of total, based on tonnes of oil equivalent)

(¹) International aviation and maritime bunkers are excluded from category Transport.

Source: Eurostat (online data code: nrg_bal_s)

eurostat

Households

Em 2019, observa-se que o sector com maior consumo foram os transportes (30,9%), que teve um aumento de 4,7p.p., seguido do residencial (26,3%) aumento de 1 p.p. e da indústria (25,6%), que teve um decréscimo de 3,5 p.p. Verifica-se também que os serviços tiveram um acréscimo no consumo de 3,6 p.p.

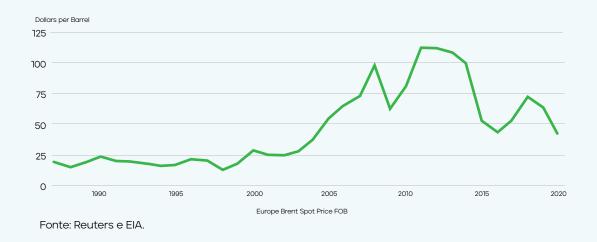
O decréscimo do consumo da indústria pode ser explicado pela mudança do tecido empresarial europeu, com a transferência de grande parte do aparelho produtivo industrial para o continente asiático devido aos custos de produção mais reduzidos, enquanto que o acréscimo do consumo no sector dos serviços também é explicado pela mudança na matriz empresarial europeia, na qual o sector dos serviços tem vindo a assumir um papel cada vez mais preponderante.

Evolução do preço anual do barril de petróleo entre 1990 e 2020

Analisando o preço do barril de petróleo (neste caso o Brent, proveniente do Mar do Norte), observamos que até 1999 o seu preço foi relativamente estável, situando-se o seu preço abaixo dos 25 dólares por barril.

A partir do ano 2000 e até 2008 o seu preço teve uma trajectória de crescimento estável, até atingir um pico em 2008 (o primeiro ano da crise do Subprime), chegando aos 96 dólares por barril. Entre 2008 e 2019 o preço do barril de petróleo não voltou a ser constante como na década de 90 do século passado, chegando a superar a barreira dos 100 dólares entre 2011 e 2014, havendo ciclos de expansão e contração do preço bastante acentuados.

Evolução do preço anual do barril de petróleo entre 1990 e 2020



Evolução anual do preço do gás natural entre 1995 e 2020

Analisando a evolução do preço HH do Gás Natural (preço do mercado de futuros da NYMEX dos EUA, definido no Hub de distribuição de gás Henry Hub, no Louisiana), constata-se que o preço atingiu máximos históricos em 2005 devido à época de furacões ter sido bastante dura (sobretudo devido ao furacão Rita em Setembro e Katrina em Dezembro), que levaram à interrupção da produção de Gás no Golfo do México. Em 2008 houve um novo aumento do preço, motivado pelo aumento do preço do barril de petróleo, para além

de um verão com temperaturas mais elevados, que levou ao aumento do consumo de electricidade e diminuição dos níveis de armazenamento para um valor abaixo da média, ao que se seguiu uma forte queda devido ao enfraquecimento da economia, que se prolongou por 2009, aos níveis de consumo reduzidos e à entrada de produtores de gás de xisto (shale).

Após esse período, o preço do gás natural tem-se mantido estável, variando entre os 6 milhões de Btu e os 1.8 milhões de Btu.

Evolução anual do preço do gás natural entre 1995 e 2020



Fonte: capital.com

Evolução do consumo e dos preços de gás durante a pandemia

Durante a pandemia, os indicadores alteraram-se devido ao confinamento da população na UE, com a adopção do teletrabalho, o cancelamento de viagens entre países (sobretudo de avião), a diminuição da procura de bens e serviços e o encerramento de uma série de negócios nos sectores de comércio, hotelaria e restauração levou a que os preços da energia sofressem uma descida abrupta provocada pela diminuição do consumo. Esta mudança foi igualmente sentida em relação à geração de energia.

No caso do gás natural, e de acordo com o relatório da Agência Internacional de Energia, (IEA), intitulado Gás, de Junho de 2020, é referido que "o facto da Europa ter tido um inverno de 2019/2020 ameno relativamente a outros anos, levou a que o consumo de gás para aquecimento tenha caído mais de 5% nas principais regiões, face ao período homólogo. A procura de gás nos sectores residencial e comercial diminuiu mais de 3% durante o primeiro trimestre de 2020. A queda dos preços do gás teve como efeito a substituição do consumo de carvão pelo gás para geração de energia, com o aumento do consumo de gás na geração de energia térmica de 45% para 49%. Apesar disso, dados preliminares apontavam para um forte aumento da produção de energia eólica no primeiro trimestre de 2020 (mais de um terço, ou 30 Terawatts) ano.

Com a implementação de confinamentos para controlar a pandemia em vários países, observou-se que houve uma queda acentuada do consumo de gás natural, que caiu 11% entre o início do confinamento (11 de Março de 2020) e o final de Maio, motivada pela menor procura por parte da indústria e da geração de energia.

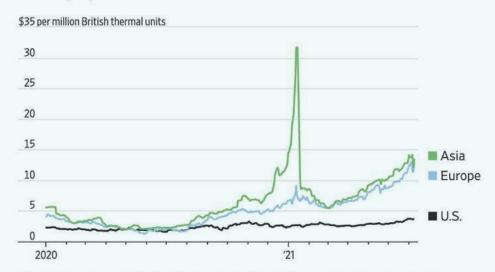
Observou-se também uma diminuição do consumo de electricidade de 12% na Europa no mesmo período, que levou a uma queda da geração de energia a gás de mais de 20% (sobretudo na Itália e Reino Unido, onde a geração a gás caiu 25% e 36%)".

Este ano o mercado do gás recuperou, tendo inclusivamente atingido preços nunca antes atingidos. O aumento registado pode ser explicado em parte pelo fim do confinamento e a diminuição do número de infectados, o que permitiu uma recuperação económica e o aumento da procura. No entanto houve outros factos igualmente importantes que levaram a este aumento. De acordo com um artigo da RBN Energy, intitulado "It's Too Late - Global Natural Gas/LNG Supply Squeeze Sets Stage For Record Winter Prices", de Setembro de 2021, houve "eventos climáticos e problemas operacionais que interromperam as cargas de Gás Natural Liquefeito (GNL). Tudo começou com uma temporada recorde de furacões no Atlântico em 2020, que reduziu a produção de GNL dos EUA e interrompeu o tráfego marítimo no Outono, para além das interrupções prolongadas que afectaram os terminais na Austrália e Noruega, que contribuíram para a redução do fornecimento global de GNL".

O aumento do tráfego no Canal do Panamá devido ao aumento da procura também contribuiu para colocar restrições ao fornecimento global, uma vez que os navios tanque disponíveis não são suficientes para responder ao aumento da procura.

Preços do Gás Natural entre 2020 e Julho de 2021

Natural-gas prices since 2019



Note: Data for Asia reflect prices for liquefied natural gas in Japan, South Korea, China and Taiwan. Europe shows price for gas in the Netherlands. U.S. data are based on prices at Henry Hub in Louisiana.

Evolução do consumo e dos preços de petróleo durante a pandemia

No caso do petróleo, após o decréscimo registado no preço em 2019 e a diminuição abrupta no início de 2020 com a pandemia, quando o seu preço caiu abaixo de zero, observa-se um aumento da procura e do preço em 2021.

De acordo com o artigo da BBC News de 28 de Setembro, "a oferta global de petróleo também foi atingida pelos furacões Ida e Nicholas, que passaram pelo Golfo do México e danificaram a infraestrutura de petróleo dos Estados Unidos.

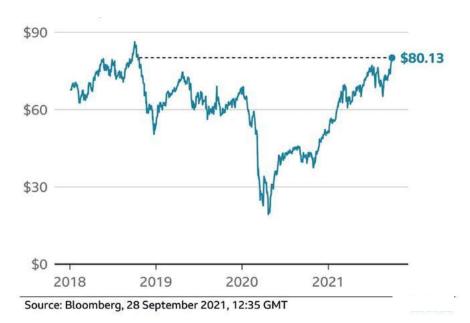
Um aumento dramático nos preços do gás natural também tornou o petróleo uma alternativa relativamente mais barata para geração de energia, o que, por sua vez, aumentou a procura.

O maior trader independente de petróleo do mundo, o Vitol Group, disse que espera que a procura global de petróleo aumente em 500.000 barris por dia neste inverno. Da mesma forma, a Índia, que é o segundo maior importador de petróleo bruto, também aumentou as suas importações de petróleo para uma alta de três meses em agosto, à medida que as refinarias começaram a fazer stock uma vez que projetam maior procura no futuro", disse Naeem Aslam, chefe analista de mercado da Think Markets.

A OPEP também disse que haverá um aumento na procura, mas espera que seja em cerca de 370.000 barris extras por dia. Durante a pandemia, vários membros do grupo de produtores Opep +, que inclui a aliada Rússia e vários outros países, reduziram a produção e, desde então, têm tido problemas para aumentar a produção de forma a atender à procura, que se encontra em recuperação."

Entretanto, a OPEP+ anunciou que decidiu manter o aumento de produção de 400.000 barris até Janeiro de 2022, esperando-se que em 2022 sejam anunciados novos aumentos de produção, o que poderá contribuir para uma descida do seu preço.

Evolução do preço do Barril de petróleo Brent entre 2018 e Setembro de 2021



Alteração de paradigma ou regresso ao "normal"?

As expectativas para a evolução tanto do consumo como dos preços no curto prazo, tendo em conta todas as variáveis que influenciam os dois indicadores não são animadoras, fruto da previsão da situação de instabilidade se manter.

Um artigo da Reuters de 30 de Novembro indicava que a "Os preço de petróleo vão manter-se elevados no próximo ano, uma vez que a OPEP+ mantém uma política de produção de petróleo cautelosa apesar da libertação de reservas de petróleo definida pelos EUA para aumentar a oferta de petróleo no mercado e reduzir o seu preço, apesar do aumento do número de casos de Covid 19 e o receio da nova variante Ómicron poder alterar de forma significativa as projeções.

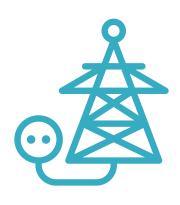
Uma sondagem feita a 39 economistas e analistas (feita antes do anúncio da existência da nova variante Ómicron) previa que o preço médio do barril de petróleo Brent seria de 71.25 dólares, aci-

ma do valor projetado no mês de Outubro (70,89 dólares), e do preço médio definido para o ano de 2021 (70,57 dólares por barril). A projeção para o ano de 2022 também aumentou, de 74,04 dólares para 75,33 dólares por barril de petróleo.

No artigo do Jornal de Negócios de 1 de Dezembro de 2021, intitulado "OPEP+ prevê um crescente excesso de petróleo em 2022" é referido que "os peritos antecipam que o excesso será de 1,7 milhões de barris por dia em média em 2022, em comparação com um défice de 1,2 milhões de barris em 2021, (...) tendo também revisto em baixa as previsões de procura para 2021, com 96,4 milhões de barris diários". Em 2022, o organismo prevê que a procura seja de 100,6 milhões de barris por dia.

No que ao Gás diz respeito, o FMI publicou a sua estimativa de evolução do preço do gás na Europa, prevendo que após a subida que se registou no segundo semestre de 2021, o seu preço venha a descer gradualmente em 2022, até estabilizar a partir do segundo semestre de 2022 num valor pouco acima dos 6 milhões de Btu até 2026.





Preços do Gás Natural entre 2020 e Julho de 2021



É inegável que a pandemia alterou vários aspectos. Com a queda dos preços do gás e petróleo registado no início da pandemia, vários autores defenderam que este evento iria acelerar a transição para a utilização de energias renováveis, como a eólica offshore e o solar fotovoltaico no curto prazo, e do hidrogénio no médio prazo, uma vez que a queda dos preços iria levar a que os investidores cancelassem os novos projetos de extração devido ao excesso de oferta e o preço baixo não justificar o investimento. Outros autores defenderam que o baixo preço do petróleo e gás podiam atrasar o processo de transição energética, pois o facto de existirem fontes de energia fósseis abundantes a custo acessível podiam contribuir para a diminuição do investimento em fontes de energia renováveis, contribuindo para o agravamento do problema da dependência energética com base em energias fósseis.

Apesar disso, observamos que com o fim dos confinamentos e do teletrabalho, a procura destas fontes de energia, em conjugação com a decisão de não aumentar a produção e as dificuldades de fornecimento levaram a que o seu preço subisse de forma acentuada, levando por sua vez a que os preços de transporte se agravassem, pelo que nenhuma das visões se tornou realidade.

Os especialistas prevêm que a instabilidade registada nos últimos dois anos se prolongue por mais alguns anos, pelo que é previsível que se continue a registar alguma instabilidade e incerteza dos preços da energia.

A elevada dependência externa que a União Europeia tem em relação ao fornecimento de produtos de energia é uma clara ameaça, e o facto de grande parte das importações terem proveniência de países em zonas de conflitos bélicos ou com posições de hostilidade em relação aos interesses da UE e do mundo ocidental também colocam a UE numa situação de fragilidade, pelo que é essencial diversificar as importações de produtos de energia, para além de continuar a investir em fontes de energia alternativas, que contribuam para diminuir a nossa dependência externa.

Apesar do esforço da UE tem feito para reduzir quer as emissões quer o consumo de energias fósseis, investindo de forma massiva em sistemas de produção de energias renováveis (como as plataformas offshore eólicas do Mar do Norte), é necessário assegurar que a segurança energética não é posta em causa, uma vez que os sistemas produção de energias renováveis não produzem energia de forma constante, ao contrário dos sistemas de produção de energia com recurso a energias fósseis, sofrendo oscilações devido à inconstância do clima (que será cada vez mais imprevisível devido às alterações climáticas), pelo que é necessário investir em sistemas de armazenamento de energia (como os sistemas de bombagem de água das barragens, ou os sistemas de armazenamento de ar comprimido), mantendo centrais de produção de energia fóssil de reserva que permitam à UE resolver de forma célere eventuais problemas de escassez de produção de energia.

